

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	5
1. COBERTURA DE SEGURO.....	15
PARECER.....	15
1. CONSULTA.....	21
2. A CONDUTA DAS PARTES (CCC E SEGURADORA) E DA AAA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO	23
3. A EXPECTATIVA DO SINISTRO E SEUS CONTORNOS DE FATO. A CIÊNCIA DAS PARTES E SEUS DEVERES DE LEALDADE	26
4. O RISCO SEGURADO: A <i>EXPERTISE</i> E TAREFA DA SEGURADORA.....	31
5. EXECUÇÃO CONTRATUAL, LEALDADE DAS PARTES E AGRAVAMENTO DO RISCO	35
5.1. DOLO OU CULPA GRAVE: REQUISITOS PARA A PERDA DO DIREITO AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (CC 768).....	38
5.2. DOLO E CULPA GRAVE: ÔNUS DA PROVA.....	52
6. AVISO “ <i>TARDIO</i> ” DE SINISTRO E SUA REPERCUSSÃO NO PROCESSO.....	58
7. PERDA DO DIREITO À GARANTIA NO CONTRATO DE SEGURO?.....	64
8. CONCLUSÃO E RESPOSTA A QUESITOS	66
2. DIREITOS INDIVIDUAIS HETEROGÊNEOS.....	77
PARECER.....	77
1. CONSULTA.....	81
2. SÍNTESE DOS FATOS RELEVANTES.....	83

3.	RECURSO DE REVISTA. INADEQUAÇÃO PROCESSUAL DA VIA ELEITA (AÇÃO COLETIVA) E INADMISSIBILIDADE RECURSAL	86
3.1.	ÓBICES LEGAIS (CLT 896) E SUMULARES À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA: A) REEXAME DE PROVA E AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA (TST 126 E TST 422); B) PREQUESTIONAMENTO DA QUESTÃO FEDERAL OU CONSTITUCIONAL (TST 297); E C) INEXISTÊNCIA DE DISSENSO JURISPRUDENCIAL (CLT 896 “A” E § 1.º-A I)	92
4.	IMPOSSIBILIDADE OU INEFICÁCIA DA TUTELA COLETIVA PLEITEADA PELO BBB. AMPLA MARGEM DE HETEROGENEIDADE. DESVIRTUAMENTO DA PRINCIPIOLOGIA QUE INSTRUI A TUTELA COLETIVA PELA INDIVIDUALIZAÇÃO DE DIREITOS EVENTUALMENTE RECONHECIDOS EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CONSEQUENCIALISMO E APLICAÇÃO DA LINDB 20. SEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO	99
5.	DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CDC 81 III. SUBSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. A ILEGITIMIDADE DO BBB PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL DOS EMPREGADOS NA AÇÃO JUDICIAL PROPOSTA	105
5.1.	SISTEMA DO PROCESSO COLETIVO: LEGITIMAÇÃO PARA AGIR	108
5.2.	RECLAMATÓRIAS PLÚRIMAS E AÇÕES DE CUMPRIMENTO: LEGITIMAÇÃO PARA AGIR	117
6.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS	119
3.	CONTRATO VERBAL – CAUSA DE NATUREZA TRABALHISTA – CAUSA MADURA	129
	PARECER	130
1.	CONSULTA	132
2.	SÍNTESE DOS FATOS	133
3.	EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS A <i>EXITUM</i> . NATUREZA DOS SERVIÇOS PRESTADOS. ÁREA TRABALHISTA	140

4.	AUTONOMIA PRIVADA E LIBERDADE CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFASTAR A INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DO CONTRATO VERBAL DE HONORÁRIOS <i>AD EXITUM</i> . VIOLAÇÃO À CLÁUSULA GERAL DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	143
5.	VIOLAÇÃO AO CPC 473 § 2.º. <i>EXPERT</i> REALIZOU INDEVIDAMENTE JUÍZO DE MÉRITO SOBRE PONTO QUE DEPENDIA DE DECISÃO JUDICIAL.....	154
6.	APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA AO CASO CONCRETO.....	162
7.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS.....	172
4.	CLÁUSULA RESOLUTÓRIA E CONDIÇÃO RESOLUTIVA.....	179
	PARECER.....	180
1.	CONSULTA.....	182
2.	BREVE SÍNTESE DOS FATOS.....	183
3.	PODER, CRÉDITO E FACULDADE: POSIÇÕES JURÍDICAS DE VANTAGEM.....	188
4.	A CONDUTA DAS DEVEDORAS DURANTE O ITER DA EXECUÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	196
5.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. TERMO <i>A QUO</i> PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ATOS PRATICADOS ANTES DO DECURSO DO PRAZO QUINQUENAL. APLICAÇÃO DA L14010/2020.....	201
6.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS.....	207
5.	PROPOSTA VINCULANTE – CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	211
	PARECER.....	212
1.	CONSULTA E SÍNTESE DOS FATOS.....	213
2.	A PROPOSTA E SUA NATUREZA JURÍDICA. O CASO EM QUESTÃO	214
3.	O CONTEXTO DO MERCADO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA E OS MOVIMENTOS DAS PARTES NESSE CENÁRIO. OS USOS COMERCIAIS NO MERCADO DE ENERGIA E O CERNE DO NEGÓCIO CELEBRADO.....	217

4.	AS CONSEQUÊNCIAS DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA: CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	222
5.	RESPONSABILIDADE DAS PARTES QUANTO À QUEBRA DO DEVER DE COOPERAÇÃO: NECESSIDADE DE INTERPELAÇÃO PRÉVIA.....	225
6.	RESILIÇÃO ABUSIVA POR PARTE DA POLICITANTE. JUSTA EXPECTATIVA DO DESTINATÁRIO DA PROPOSTA ACEITA QUANTO À EXECUÇÃO DO NEGÓCIO.....	228
7.	INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEALDADE NEGOCIAL E DA BOA-FÉ.....	234
8.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS.....	238
6.	INADIMPLEMENTO CONTRATUAL – CONTRATO DE EPC (<i>ENGINEERING, PROCUREMENT AND CONSTRUCTION</i>).....	241
I.	CONSULTA.....	244
II.	NATUREZA JURÍDICA DO CONSÓRCIO, A PARCERIA, A ECONOMIA DO CONTRATO E SUA CONEXÃO COM O CONTRATO DE EPC.....	246
III.	O CONSÓRCIO E O EPC: CONTRATOS CAUSAIS INTERPOLADOS....	251
IV.	O PAPEL DA EMPRESA LÍDER: GESTÃO EXECUTIVA DA OBRA.....	255
V.	SISTEMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO EPC E PATRIMÔNIO EMPRESARIAL.....	259
VI.	COMPORTAMENTO NEGOCIAL NÃO RAZOÁVEL E DESLEAL.....	264
VII.	INEXECUÇÃO DO CONTRATO POR CULPA GRAVE.....	268
VIII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS.....	269
7.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	275
	PARECER.....	275
1.	CONSULTA.....	281
2.	BREVE SÍNTESE DOS FATOS.....	282
3.	GRUPO ECONÔMICO. CONCEITO E ELEMENTOS FORMADORES. NÃO CONFIGURAÇÃO NO CASO SOB EXAME. EMPRESAS QUE NÃO PERTENCEM AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. AUSÊNCIA DE GESTÃO UNITÁRIA E DE UNIDADE ESTRUTURAL.....	287

4.	REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ILEGALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL QUE DECRETA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COM FUNDAMENTO EM SUPOSTO GRUPO ECONÔMICO	295
5.	CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELOS CONSULENTES. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL	302
6.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS	307
8.	INCORPORAÇÃO E CORRETAGEM.....	313
	PARECER.....	313
1.	O ESCOPO DA CONSULTA E AS ATIVIDADES DA CONSULENTE	317
2.	O PROBLEMA JURÍDICO.....	320
3.	O EMPREENDIMENTO DENOMINADO INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O CORRETOR DE IMÓVEIS: A ECONOMIA POPULAR E A DEFESA DO CONSUMIDOR	323
4.	NEGOCIAÇÃO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA E INTERMEDIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. O AMBIENTE DA CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO DE CORRETAGEM	328
5.	A ATIVIDADE DE INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA. CONTRATO DE CORRETAGEM. QUE NEGÓCIO OS CONSUMIDORES E A CORRETORA IDEALIZAM REALIZAR?	331
6.	ANÁLISE DA OPERAÇÃO ECONÔMICA ESTRUTURADA PELA CONSULENTE.....	333
7.	PERTINÊNCIA LÓGICA ENTRE O CONTRATO DE DESCUMPRIDO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	336
8.	A ALEGADA PARCERIA ENTRE A IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA.....	338
9.	CADEIA DE CONSUMO E SOLIDARIEDADE	342
10.	OS LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO DO INTERMEDIADOR IMOBILIÁRIO.....	347

11.	LICITUDE DA COBRANÇA DE COMISSÃO DE CORRETAGEM. CIÊNCIA DO CONSUMIDOR ACERCA DA COBRANÇA. RAZÃO PARA A DEVOUÇÃO DO VALOR PAGO COMO COMISSÃO DE CORRETAGEM	348
12.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS	353
9.	RESPONSABILIDADE DO INCORPORADOR	359
	PARECER	360
1.	CONSULTA E SÍNTESE DOS FATOS	367
2.	O COMPLEXO MULTIUSO E AS COMUNIDADES PLANEJADAS: TODOS QUE EXPERIMENTAM AS VANTAGENS DO EMPREENDIMENTO TÊM O MESMO INTERESSE MERCADOLÓGICO	369
3.	O CONTEXTO DO MERCADO DE INCORPORAÇÃO	383
4.	OS EMPREENDIMENTOS DE MÚLTIPLOS ESPECTROS E OS MOVIMENTOS DAS PARTES NESSE CENÁRIO. OS USOS COMERCIAIS DO MERCADO, A LEI E O CERNE DO NEGÓCIO CELEBRADO	386
5.	O INTERESSE INDIVIDUAL HOMOGENEO DA MASSA DE ADQUIRENTES DAS UNIDADES FUTURAS EM CUJO GRUPO SE ENCONTRA A CONSULENTE	392
6.	INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. A GARANTIA HIPOTECÁRIA. O COMPORTAMENTO REVELADOR DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO DA INCORPORADORA	395
7.	RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL POR DECORRÊNCIA DAQUILO QUE AS PARTES EFETIVAMENTE CONTRATARAM: RESPONSABILIDADE APURADA E INDENIZAÇÃO DEVIDA. RESPONSABILIDADE DA INCORPORADORA QUANTO À QUEBRA DOS CONTRATOS DE VENDA DE UNIDADES E DE COMPRA DO TERRENO, COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E COM ENCARGO. PREJUÍZO DOS ADQUIRENTES. PREJUÍZO DA VENDEDORA CONSULENTE ...	398
8.	PODER DA VENDEDORA DO TERRENO: EXECUTAR A GARANTIA HIPOTECÁRIA E POSTULAREM CONJUNTO COM OS ADQUIRENTES A RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INADIMPLEMENTO ABSOLUTO, REVELADO PELO COMPORTAMENTO DA INCORPORADORA. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA PRIVADA, DA LEALDADE NEGOCIAL E DA BOA-FÉ	403

9.	INEXISTÊNCIA DE CADEIA DE CONSUMO E DE SOLIDARIEDADE NO ATUAR DA CONSULENTE COM A INCORPORADORA, EM FACE DOS ADQUIRENTES	404
10.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS	408
10.	SOLIDARIEDADE LEGAL	413
	PARECER	413
I.	CONSULTA	417
II.	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL: PERTINÊNCIA LÓGICA ENTRE AS ATIVIDADES DAS OBRIGAÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS	420
III.	REPARAÇÃO DOS DANOS	424
IV.	O TTAC EM CONSONÂNCIA COM O ORDENAMENTO JURÍDICO: A LICITUDE DE SEU OBJETO	427
V.	YYY. CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA E ELEMENTOS DE FORMAÇÃO. IRREPETIBILIDADE DA DOTAÇÃO	429
VI.	NÃO HÁ CAUSA JURÍDICA PARA A SSS E A XXX PRETENDEREM REPETIÇÃO DE APORTE FEITO À YYY	434
VII.	CLÁUSULA 237 DO TTAC E CLÁUSULA <i>SOLVE ET REPETE</i> (CC 283)	436
VIII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS	441